

CARNEIRO, Brás

*const. 1891; sen. RJ 1891-1893.

Brás Carneiro Nogueira da Gama nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 24 de março de 1846, filho de Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama e de Rosa Nogueira Vale da Gama. Seu pai foi o conde de Baependi, proprietário rural e político influente durante o período imperial.

Tendo concluído seus estudos preparatórios, ingressou em 1863 na então Escola Central, depois denominada Escola Politécnica, onde se graduou engenheiro geógrafo (1866), bacharel em ciências matemáticas e físicas (1867) e engenheiro civil (1868). Formado, decidiu seguir o exemplo paterno e dedicar-se à lavoura no município de Santa Teresa de Valença, na antiga província do Rio de Janeiro, onde o pai possuía grandes propriedades agrícolas. Assim, casando-se em 8 de janeiro de 1870 com sua prima, Luísa Henriqueta Viana Nogueira da Gama, fundou a fazenda de Santa Luísa, cujo nome foi escolhido em homenagem à esposa. Procurou dotar a propriedade de muitos melhoramentos e foi o precursor da instalação de uma máquina para a secagem do café, o que tornou o local muito visitado por outros adiantados agricultores da região e também de São Paulo e Minas Gerais. Contudo, logo abandonou os negócios agrícolas para dedicar-se à política.

Embora pertencesse a uma família monarquista e palaciana, desde os tempos escolares Brás Carneiro era um conhecido defensor de posições republicanas. Apesar dessa postura, atendendo a pedidos do pai e de chefes políticos aceitou candidatar-se a deputado à Assembleia Provincial fluminense, para o biênio 1882-1883, pelo Partido Conservador. Eleito, só se envolveu em questões industriais. Com a morte do pai em 1887, os chefes políticos insistiram para que, novamente, se candidatasse ao pleito que escolheria os parlamentares da província para o biênio 1888-1889. Assim o fez, mas pelo Partido Republicano, e de novo saiu vitorioso das urnas.

Membro da bancada republicana, liderada por Francisco Portela e formada inicialmente por apenas cinco deputados, quando da proclamação da República (15/11/1889), ocupava a

primeira vice-presidência da Assembleia Provincial. Por decreto do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado segundo vice-presidente do estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 1890, quando se realizaram as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi sufragado senador. Porém, como o menos votado dos três senadores vitoriosos no estado, seu mandato foi de apenas três anos. Promulgada a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e dividido o Congresso Constituinte em Senado e Câmara dos Deputados, foi escolhido vice-presidente do Senado, o que lhe permitiu presidir a primeira sessão da primeira legislatura do Congresso Nacional. Também foi o responsável pela direção das reuniões do Senado enquanto se debatia o regimento interno da casa, tendo sido um dos principais colaboradores em tal formulação. Tais funções, no entanto, não o garantiram no posto, e, quando da eleição definitiva da mesa diretora, em 19 de junho, foi vencido na disputa para a vice-presidência por Prudente de Moraes. No Senado, foi membro das comissões de Finanças, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas.

Após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, quando foram depostos presidentes e governadores de estado, Brás Carneiro manifestou-se contra o novo chefe do Executivo e passou a lhe fazer oposição. Ao fim de seu mandato no Senado, em 1893, vendo chegar ao poder no estado do Rio de Janeiro o partido contrário ao que pertencia, não tentou reeleger-se e retirou-se da vida pública.

Em 1896, a convite de Afonso Pena, que ocupava a presidência do Banco da República do Brasil, tornou-se engenheiro e consultor técnico da instituição. Encarregado de superintender a fiscalização de companhias e empresas que haviam obtido empréstimos em bônus, manteve-se na função até 1900, quando, devido à alteração da diretoria, em decorrência das dificuldades pelas quais o banco passava, foi dispensado. Anos depois, em 1907, quando Afonso Pena era presidente da República (1906-1909), ao ser criada a Repartição do Povoamento do Solo, foi nomeado seu engenheiro-inspetor. Posteriormente, permaneceu funcionário adido ao Ministério da Agricultura.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 27 de abril de 1922, deixando três filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 253-254); CÂM. DEP. *Anais* (1922); *Dados biográficos dos senadores RJ* (p.65-66); *Jornal do Comércio*, Rio (28/4/1922, p. 6); SENADO. *Anais* (1890-1893).